



216

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N. 0150716-0/01

EMBARGANTES: MARIA EMÍLIA TEODORO EVARISTO E FRANCISCO EVARISTO

EMBARGADOS: BRUNO BRANDÃO CAVALCANTI CARLOS E GERALDINE CAVALCANTI LINS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL -  
EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO -  
INEXISTÊNCIA - REJEITADOS À UNANIMIDADE.

- Inexistente qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, uma vez que o aresto embargado examinou, fundamentadamente, as questões pertinentes debatidas nos autos, não prosperam os embargos de declaração opostos, ainda que para fins de prequestionamento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Julgamento ocorrido em 09-02-2010.

Recife, 12 de fevereiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Presidente e Relator

Retorno  
5537



217

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N. 0150716-0/01

EMBARGANTES: MARIA EMÍDIA TEODORO EVARISTO E FRANCISCO EVARISTO

EMBARGADOS: BRUNO BRANDÃO CAVALCANTI CARLOS E GERALDINE CAVALCANTI LINS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração, com efeito modificativo e para fins de prequestionamento, opostos a acórdão com a seguinte ementa:

*"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA - REQUISITOS - AUSÊNCIA DE POSSE COM ÂNIMO DE DONO - DIREITO DE RETENÇÃO POR BENFEITORIAS - AFASTADO - RECURSO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE.*

*- Para que se possa reconhecer a usucapião extraordinária, indispensável é o atendimento dos seus requisitos: a) a posse (pacífica, ininterrupta e exercida com animus domini) e b) o decurso do prazo de quinze anos. O primeiro deles não restou preenchido. O animus domini configura-se quando o possuidor utiliza o bem como se fosse seu, não reconhecendo a existência de direito maior, vale dizer, age como proprietário.*

*- Quanto às benfeitorias realizadas no imóvel em questão, depreende-se dos autos que foram elas efetuadas com materiais pertencentes ao seu proprietário anterior, que se encontravam no próprio terreno, o que afasta o vindicado direito de retenção por benfeitorias." (autos apensos, fl. 261).*

Em suas razões (fls. 02/07), alegam os embargantes, em síntese, que o acórdão está eivado de omissão, na medida em que não especificou a tese doutrinária esposada relativa à prescrição aquisitiva da

propriedade, defendendo que restou preenchida a efetiva posse, suficiente à declaração do domínio. Em conclusão, postula o provimento dos aclaratórios.

218

Os embargados apresentaram contraminuta (fls. 24/27), pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

À votação.

Recife,

09 de fevereiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator





219

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N. N. 0150716-0/01

EMBARGANTES: MARIA EMÍDIA TEODORO EVARISTO E FRANCISCO EVARISTO

EMBARGADOS: BRUNO BRANDÃO CAVALCANTI CARLOS E GERALDINE CAVALCANTI LINS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhores Desembargadores,  
Senhor (a) Procurador (a),

Como sabido, os embargos declaratórios têm por objetivo integrar a decisão omissa, completando-a, ou, ainda, o de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições eventualmente existentes. Não têm, pois, caráter substitutivo da decisão embargada.

Depreende-se das razões dos embargos que o seu ponto de apoio está na insatisfação dos ora embargantes com a solução dada ao recurso de apelação interposto.

Verifica-se do acórdão embargado que a *quaestio* foi suficientemente discutida, cuja fundamentação utilizada foi suficiente, não merecendo provimento o recurso integrativo.

Este Colegiado julgador entendeu, por unanimidade de votos, em conformidade com o voto deste Relator, que não estão presentes os requisitos para o reconhecimento da usucapião, pois, de acordo com a prova dos autos,

AC 1

constata-se a ausência de ânimo de dono. Mantinham os embargantes posse precária.

220

Registre-se que o legislador brasileiro adotou a Teoria Objetiva de Ihering, definindo a posse como o exercício de algum dos poderes inerentes à propriedade (art. 1.196 do CC): "*Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade*".

Entende-se ter sido dada a adequada interpretação à legislação necessária e suficiente à resolução da controvérsia versada nos autos.

Impende anotar que, mesmo em se tratando de embargos de declaração com fins de prequestionamento, é tranqüila a jurisprudência no sentido de que é necessária a observância dos limites traçados no art. 535 do CPC, inócurre aqui.

Enfim, observe-se que, consoante entendimento pacífico nos nossos Tribunais Superiores, não se faz necessária a menção explícita de dispositivos, nem o Tribunal é órgão de consulta, que deva elaborar parecer sobre a implicação de cada dispositivo legal que a parte pretende mencionar na solução da lide, uma vez já encontrada a fundamentação necessária.

Ante o exposto, voto para rejeitar os embargos de declaração.

É como voto.

Recife,

09 de fevereiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator